

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

Protocolo Legislativo para registre de Gabine de Gabine de Gabine de Protocolo legislativo para intermédio de Gabine de Gabine

nuida, à Presidência, por intermédio de Gabinere da Mesa Diretora, para deferimento ou indeterimento =mZ91.09 LW =

Requer a realização de Sessão Solene no dia 17 de novembro de 2006, sexta-feira às 10:00 horas, no LimPlenário desta Casa, em homenagem ao Dia do

Conselheiro Tutelar.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Com fulcro nos artigos 99, inciso IV e 124 do Regimento Interno desta casa, requeiro a realização de Sessão Solene no dia 17 de novembro de 2006, sexta-feira às 10:00 horas, no Plenário desta Casa, em homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar que é comemorado anualmente no dia 18 de novembro.

JUSTIFICAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO RQ Nº 2077 105 Fls. N.º O1

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, pela primeira vez na história brasileira, é abordada a questão da criança como prioridade absoluta, e a sua proteção passou a ser dever da família, da sociedade e do estado.

Em 20 de novembro de 1989, adotou-se a Convenção Sobre os Direitos da Criança, através da Assembléia Geral das Nações Unidas, onde diversos países, entre estes, o Brasil, comprometeram-se em suas legislações a regulamentarem os direitos referentes à população infanto-juvenil. No Brasil, o novo paradigma contido na Convenção teve recepção na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

O Conselho Tutelar regido pela Lei Distrital nº 2640 de 13 de dezembro de 2000, é o órgão encarregado pela sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. É a voz destes, parceiro na defesa de seus direitos. provocando uma interação entre família, sociedade e estado, para que estes direitos sejam respeitados. O Conselho Tutelar está sempre em alerta, para coibir qualquer ameaça ou violação de direitos, tendo respaldo legal para a aplicação de medidas de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

proteção. Sendo, portanto uma autoridade nas suas ações, que sempre tem como prioridade o bem estar da criança e do adolescente.

Conselheiros, para desenvolverem um trabalho de qualidade e Os responsabilidade, devem seguir princípios tais como: Comprometimento, Otimismo, Não à violência, Sensibilidade, Equilíbrio, Liberdade, Humanismo, Organização, Tutela, Unidade, Transparência, Equidade, Liderança, Amor e Responsabilidade. Garantir uma infância feliz para todas as crianças e adolescentes defendendo seus direitos em todas as dimensões da vida, exigindo a efetivação das políticas sociais públicas.

Os Conselhos Tutelares constituem-se no maior e mais direto instrumento de participação da comunidade na efetivação dos princípios de cidadania que construímos em nossa Constituição. Constituem o lugar impar onde as pessoas se dispõem a participar e para tanto têm condições de fazê-lo diretamente, avalizadas pela própria comunidade. O Conselheiro Tutelar, por expressa definição legal, exerce uma função considerada de relevância pública, convertendo-se em verdadeiros agentes transformadores na construção de um mundo mais igualitário, menos violento onde o exercício da cidadania não seja apenas um ideal e sim uma possibilidade real inerente do ser humano.

Por ser uma questão de justiça esta singela homenagem, solicitamos aos Nobres Pares a aprovação da presente proposição.

de

Sala das Sessões, em

de 2005.

Ja John De Jos.

Deputado **ØDILON AIRES**

₱MDB/DF

PROTOCOLO LEGISLATIVO RQ NO 2077

DATA RESERVADA NA AGEND

ssistente Legislativo - Cerimonial Matr 11.680-40

GERAL DE EVENTOS

rbasa Pacheco